

A Psicologia Social e o Trabalho em Comunidades: Limites e Possibilidades

**Andrea Cristina Coelho Scisleski¹
Cleci Maraschin
Jaqueline Tittoni**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Resumo

Este artigo discute a implicação, a escuta e a autoria como ferramentas teóricas e metodológicas da Psicologia Social tomando como campo empírico dessa reflexão uma experiência de trabalho com jovens moradores de uma comunidade situada na periferia da cidade de Porto Alegre/Brasil. Parte-se de proposições segundo as quais os modos de habitar e de se deslocar no território da cidade têm efeitos subjetivos e de que é possível constituir uma estratégia de intervenção baseada em ações coletivas de circulação e de reflexão desses deslocamentos. Quando as ações coletivas de circulação e de reflexão operacionalizam espaços exercícios de autoria assistimos tanto a uma reconfiguração subjetiva dos sujeitos quanto a dos próprios profissionais. Chegando a conclusão que estratégias que visem à ampliação dos territórios de circulação da cidade são necessárias não somente aos moradores das periferias das mesmas, mas também aos psicólogos sociais.

Palavras-chave: Psicologia social; adolescentes; comunidades.

The Social Psychology and the Work in Communities: Limits and Possibilities

Abstract

This paper discusses implication, listening and authorship as theoretical and methodological tools of Social Psychology. The empirical data on which this discussion is based on comes from the experience of working with youths who reside in a community located on the outskirts of the city of Porto Alegre, Brazil. This deliberation begins from two propositions according to which the modes of inhabiting and dislocating in the city's territory has subjective repercussions and that it is possible to constitute a strategy for intervention established on collective actions of circulation and reflection on those dislocations. When collective actions of circulation and reflection operate spaces and exercises of authorship, we observe as much a subjective reconfiguration of the subjects as much as of the professionals themselves. Reaching the conclusion that the strategies that seek to amplify the city's territories of circulation are necessary not only for the inhabitants of the outskirts, but also for Social Psychologists.

Keywords: Social psychology; adolescents; communities.

“Aquela Ilha parecia ocultar um segredo muito além da minha compreensão, pois eu era capaz de jurar que ela aumentava de tamanho, à medida que eu avançava para o seu interior. Era como se a cada um dos meus pequenos passos seu tamanho se multiplicasse em todas as direções; como se ela fosse se expandindo espontaneamente, a partir de não sei o quê (...). Depois, tive a sensação de estar perdido numa paisagem mágica, uma espécie de labirinto às avessas, dentro do qual os caminhos nunca chegavam a uma parede (...). Agora, eu queria mesmo saber qual era o tamanho da Ilha e decidi, então, continuar minha jornada.” (Gaarder, 1996, p. 85-86, 97-98).

Espaços Físicos e Subjetivos

Viver e habitar em um território, além de implicar uma forma peculiar de lidar com os recursos disponíveis geograficamente, também configura laços de sociabilidade,

redes de trocas e modos coletivos e singulares de produção de subjetividade. No caso do presente artigo, tomamos como campo empírico um trabalho realizado com jovens moradores da Ilha Grande dos Marinheiros que integra o Bairro Arquipélago da cidade de Porto Alegre, Brasil. Tal experiência servirá, aqui, como campo de discussão sobre as práticas do trabalho do psicólogo social no espaço da comunidade.

A cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, localiza-se no sul do Brasil e é banhada pelo Estuário do Rio Guaíba. O estuário origina-se da confluência de cinco rios, quais sejam, Jacuí, Taquari, Caí, Sinos e Gravataí, que ao se encontrarem configuram 16 ilhas. Parte do território das ilhas constitui uma reserva ambiental - o Parque Delta do Jacuí - criado em 1976. A Ilha Grande dos Marinheiros é uma destas Ilhas, próxima do centro de Porto Alegre. Seu acesso é feito por uma ponte, datada de 1978, ou através de embarcações. Parte da extensão da

¹ Endereço: Instituto de Psicologia/UFRGS - Rua Ramiro Barcelos 2600, sala 201b, 90035-030, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: ascisleski@yahoo.com.br

Ilha Grande dos Marinheiros é ocupada por residências de classes privilegiadas como moradia ou lazer. A maioria dos moradores da Ilha são pessoas de baixa renda econômica, tendo no trabalho informal - especialmente com o lixo reciclável - sua principal atividade. Trabalho esse que produz conflitos com a concepção de reserva natural do Parque Estadual Delta do Jacuí (Devos, 2002).

No ano de 1971, com o objetivo de proteger a área central da cidade de enchentes provocadas pelo estuário Rio Guaíba, foi construído um muro na avenida Mauá, no centro de Porto Alegre. Esse fato tem sido apontado como uma das causas da separação entre os moradores do continente e os do arquipélago, fazendo com que muitas pessoas desconheçam que as Ilhas integram o território da cidade (Gomes, 1995). O obstáculo - materializado pelo muro - à visualização entre continente e arquipélago pode produzir efeitos de invisibilidade e desconhecimento recíprocos.

A instituição dessa fronteira, aliada à forma de ocupação das periferias urbanas que é comum nas grandes cidades brasileiras, incrementa os processos de exclusão e de estigmatização que vivem os moradores da Ilha. Pensando a exclusão como “uma posição em relação à reestruturação econômica e sociais atuais” (Castel, 1998, p.32) e não como um lugar fora das dinâmicas e processos sociais.

Tomamos como uma hipótese inicial de trabalho que essa circunstância peculiar de organização do espaço da cidade, fruto de uma configuração natural e cultural, tem efeitos subjetivos. Propomos pensar que o modo de ocupação do espaço modula ao mesmo tempo, fronteiras físicas e subjetivas e pode definir algumas condições de possibilidade da própria experiência, de modo a configurar modos de viver da juventude no contexto da ilha e de reconhecer-se como sujeito nestas experiências (Foucault, 1999).

Nessa perspectiva, a análise coletiva das contingências das fronteiras, vizinhanças e das próprias trajetórias dos jovens pode dar a conhecer configurações subjetivas diferenciadas, uma vez que a situação da Ilha nos coloca peculiaridades interessantes ao modo de abordar o tema, pois se trata de uma realidade diferente da do contexto em que vivem os jovens em abrigos, albergues ou até mesmo em vilas em relação aos seus itinerários na cidade, ainda que esses espaços, por vezes, também se mostrem como ‘ilhas’ no âmbito da cidade e, até mesmo, da vida social. No entanto, apesar da especificidade do território da Ilha, ressaltamos que nossa discussão enfoca a problemática da atuação do profissional da Psicologia Social em um âmbito geral.

A partir da discussão dos efeitos do acoplamento territorial nos modos como os jovens produzem sua experiência e se reconhecem busca-se problematizar o campo teórico e de pesquisa bem como o campo existencial desses jovens. Um dado interessante é a invisibilidade social

da infância e da juventude nas periferias urbanas (Soares, 2000) que produz efeitos de exclusão do espaço geral da cidade, pois os jovens ‘invisíveis’ não reconhecem a si próprios como participando da cidade e de seus espaços. Os jogos de invisibilização dos jovens e crianças mostram-se, em nosso estudo, como importante fator de definição de espaços e territórios, demarcando fronteiras de inclusão/exclusão social. Portanto, entendemos a pertinência de uma espécie de mapeamento que permita aos trabalhadores sociais e a esses jovens, experiências coletivas de interação, capazes de abrir brechas para uma apropriação de espaços potencializadores de autoria. Dessa forma, ampliando o conhecimento e a discussão teórica, poderemos traçar estratégias de intervenção agenciadoras de novas conexões espaço-existenciais, incrementando as possibilidades de apreensão de recursos para instrumentalizar o trabalho do psicólogo social.

Em nosso entender, a intervenção do psicólogo social pode operar na ampliação espaço temporal de produção de diferenças, que certamente incidem na comunidade, mas também, e ao mesmo tempo, no psicólogo. Nesse sentido, trata-se de uma possibilidade de trocas, posto que estamos implicados em um espaço de convivência, onde qualquer sujeito que nele interage se auto-produz. Psicólogos, assistentes sociais, líderes comunitários, representantes religiosos, membros de ONGs (organizações não-governamentais) e moradores locais, entre outros, constituem um exemplo da complexidade que configura os espaços por onde construímos uma via de trabalho na área da Psicologia Social, neste estudo, a Ilha Grande dos Marinheiros. Embora a proposta inicial de trabalho fosse a formação de um grupo de discussão sobre a juventude com adolescentes dessa comunidade, esta foi sendo redefinida pela necessidade-vontade, demonstrada pelo próprio grupo, de uma interação maior, envolvendo outros sujeitos da rede social e de convivência dos jovens. Perceber a necessidade de uma interação que incluía sujeitos, embora não residentes na comunidade, mas participantes dos acontecimentos que lá se desenvolvem, é um fator indispensável, uma vez que nosso trabalho só é possível nas relações que se constituem nas redes sociais onde nossa intervenção, ocorre que podem funcionar como facilitadores ou limitantes do processo.

Re-Inventando Lugares

Nosso primeiro contato com a comunidade da Ilha deu-se através de um programa de extensão universitária denominado *Convivência*. Após o mesmo, iniciamos a participação regular em reuniões de rede - que são encontros mensais de técnicos e de líderes comunitários, fomentado pela política pública municipal, visando a organização

de esforços na solução dos problemas vividos pela comunidade. Nessas reuniões diagnosticamos, através da fala das pessoas que se fazem presentes no cotidiano daquela coletividade - como o caso de líderes comunitários, professores, psicólogos, padres, assistentes sociais e conselheiros tutelares -, a falta de espaços de convivência aos jovens da Ilha. Parecia que, mesmo modestamente, crianças, mulheres, homens, idosos e trabalhadores tinham lugares coletivos de reconhecimento, tais como a escola fundamental (a única no local), o clube de mães, a associação de moradores do bairro Arquipélago, as cooperativas dos trabalhadores locais. Entretanto, os jovens, especialmente da faixa etária de 12 a 17 anos, não obtinham sequer espaços mínimos de convivência dentro da própria comunidade. Mesmo aqueles que freqüentavam a escola sentiam-se constrangidos pela não correspondência entre suas idades e suas respectivas séries no ensino fundamental.

Nesta rede, discutimos e organizamos com os participantes uma proposta de criação de um espaço de convivência para os jovens. A configuração da proposta de intervenção pautou-se por estratégias da análise institucional, constituindo-se através de um exercício de escuta de demandas e da construção compartilhada com os participantes da rede.

Durante o mês de maio de 2002 o grupo foi sendo formado por jovens da comunidade, através da divulgação da proposta na escola, no Clube de Mães, nas cooperativas de trabalho e mesmo quando encontrávamos alguns jovens caminhando pela Ilha. Os encontros se davam duas vezes por semana, em turnos alternados, tendo como sede o Clube de Mães.

Foram formados dois grupos de convivência visando contemplar os jovens que estudavam em turnos distintos; entretanto, para participar dos grupos, os jovens não necessariamente precisariam estar estudando. Na época os grupos foram formados em média por 15 participantes em cada grupo. A maioria deles era estudante da escola local, predominavam adolescentes do sexo feminino, sendo que uma delas tinha filhos.

A dinâmica dos encontros envolvia a discussão e a organização de atividades de acordo com os interesses do grupo e dentro das possibilidades dos recursos financeiros permitidos pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade. Outro pressuposto importante desta intervenção é a busca da autogestão, de modo a potencializar a autoria do grupo na definição de seu processo bem como do emprego dos recursos disponíveis. Neste estudo, os membros do grupo discutiam e estabeleciam regras para o funcionamento do mesmo, negociavam interesses, coordenavam ações para a concretização dos objetivos, avaliavam possibilidades de execução.

Um primeiro movimento do grupo foi no sentido de discutir a inserção dos jovens na sua própria comunidade.

Posteriormente, buscou-se ampliar as oportunidades para que esses jovens conhecessem outros locais da cidade, proporcionando deslocamentos a outros bairros, visitando lugares como museus, centros culturais, parques e realizando oficinas que abordassem temas que lhe interessassem (como a oficina de sexualidade feita em parceria com o GAPA - Grupo de Atenção e Prevenção à AIDS). Dessa forma, ampliando novas conexões espaços-existenciais poderiam surgir outras possibilidades de conhecimento e de inserção social, consolidando, assim, outros horizontes que permitissem a esses jovens uma releitura de seus próprios lugares.

É interessante mencionar o desejo dos jovens de conhecerem o campus da universidade. Essa visita foi interessante, pois foi mobilizada também pelo interesse dos jovens em conhecer os espaços que nós, psicólogos, habitávamos. A pergunta de muitos deles sobre 'de onde vínhamos' foi trazendo a universidade para a ilha, apesar de que, em nosso conversar, a Universidade mostrava-se muito distante do cotidiano da comunidade. Embora muitas pessoas da Universidade já tivessem estado na Ilha; os moradores desconheciam o espaço físico da Universidade e o próprio significado do que essa instituição representa.

Um momento de grande desafio em relação ao nosso trabalho aconteceu quando o Projeto Convivência foi encerrado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade, em novembro de 2002. Nossa proposta de intervenção estava integrada a este Projeto e recebia recursos financeiros que, embora singelos, possibilitavam custear algumas das ações propostas pelos grupos. Com a conclusão dessa fase do Projeto Convivência não foi mais possível custear os deslocamentos, fato que provocou grande desmotivação em todos os participantes. Mesmo assim, demos prosseguimentos às atividades sustentadas pelo desejo e pelo nosso próprio interesse e de alguns jovens.

Durante o transcurso dos 15 meses (Maio/2002 a Agosto/2003) de duração dessa experiência outras organizações que atuavam na Ilha, com maiores condições de custear projetos começaram a desenvolver ações para os jovens. Nesse contexto, os participantes vão, também eles, se deslocando do grupo rumo às outras aberturas que lhe foram colocadas na comunidade. O grupo, então, parece existir de outra forma. Essa última afirmação pode ser validada pelas próprias visitas que continuamos fazendo ao local.

A dinâmica relacional com os jovens foi marcada pelo reconhecimento dos sujeitos, de suas maneiras de viver e de sua capacidade de escolher. O grupo só teria a duração que seu próprio operar lhe permitisse, já que não era um grupo *da* universidade, mas *com* os jovens. Portanto, a relação que se estabeleceu era a da legitimação e a do reconhecimento de um trabalho, construído pelas duas vias si-

multaneamente - a dos jovens da comunidade e a da Universidade. Um exemplo disso pode ser o fato de os jovens que já passaram pelo grupo, quando hoje nos encontramos na rua, vem em nossa direção, para conversar e não para pedir roupa, comida ou algum recurso concreto; mas para simplesmente falar a respeito de acontecimentos que têm relação com suas vidas dentro da comunidade onde vivem.

Nesse sentido, oportunizar movimentos de grupos dentro da comunidade com o intuito de propiciar a circulação da fala, trocar experiências e formular questões que julguem pertinentes, revela a importância da comunicação e da linguagem na circulação e produção dos discursos. Como coloca De Certeau (1994): “O discurso (...) autoriza a produção de um espaço de jogo (...) tornando o espaço habitável” (p. 186). Ou ainda, mais explicitamente: “Um lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência (...) em suma, o espaço é um lugar praticado (...). E deste ponto de vista, existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas.” (De Certeau, 1994, p. 201-202). Esses espaços, tanto físicos quanto subjetivos, se referem às práticas que retratam e demarcam os modos de relações que se estabelecem dentro de uma comunidade, pois abordam as experiências que os sujeitos vivenciam. “As operações de demarcação (...) esclarecem a formação de mitos que têm a função de fundar e articular espaços.” (De Certeau, p. 208). Assim, percebemos que deslocamentos espaciais, os quais denominamos conexões espaço-existenciais, são capazes de potencializar as transformações, ampliando fronteiras e horizontes, podendo reconfigurar relações sociais.

A Armadilha do Assistencialismo

Antes de discutirmos as questões referentes às ferramentas teórico-metodológicas que compuseram essa experiência, como implicação, escuta e autoria, faz-se necessária uma reflexão sobre o assistencialismo. O trabalho com comunidades que apresentam condição de pobreza material, nas quais alguns sujeitos encontram dificuldades para a manutenção da própria subsistência, pode sugerir que, diante da urgência e da carência material, qualquer forma de ajuda possa ser legítima. Essa é uma proposição perigosa já que sustenta a idéia de uma correspondência necessária entre a experiência da pobreza e a pobreza da experiência; como se na adversidade que a situação de pobreza acarreta não houvesse a possibilidade de os sujeitos desenvolverem outras habilidades (Lever & Trejo, 2004). Além disso, sustenta a associação entre recurso financeiro e capital simbólico e cultural, produzindo estratégias de legitimação que cristalizam lugares marcados pela

“capacidade” e pela “incapacidade”. Seja capacidade-incapacidade para falar, escolher, decidir sobre a própria vida.

Por mais complexa e precária que seja a situação na qual estamos circunscritos, o trabalho da Psicologia Social não deve se sujeitar, via de regra, à lógica assistencialista. Nossa aposta é que devam prevalecer intervenções capazes de possibilitar o desejo da criação de uma referência emancipada da nossa - sendo essa um resultado do exercício de autoria. Considerando que a lógica assistencial fundamenta-se na cristalização de lugares e no não reconhecimento da potencialidade emancipatória e de autoria dos sujeitos, acredita-se que não possa ser considerada referência para as intervenções em psicologia social. A ordem, aquela que De Certeau (1994) afirma ser a definidora de um lugar, não deverá ser a ordem assistencial para a definição de um lugar da psicologia social na produção da emancipação e de autoria.

A tensão com o assistencialismo esteve presente em vários momentos da experiência, sendo que tomamos um, para ilustrar esta situação. No intuito de buscar recursos para continuar custeando ações dos grupos tivemos a oportunidade de contatar uma ONG, mantida por funcionários de uma empresa estatal, a qual mostrou-se disposta a contribuir com o projeto. A parceria foi interrompida, cerca de dois ou três meses após o primeiro contato, devido a diferença entre as concepções de trabalho e de interesses. No pouco tempo de duração da parceria foi possível perceber a incompatibilidade entre a proposta assistencialista mantida pela ONG e nossa própria proposta.

Enquanto nossa intenção se baseava em um trabalho de interação e de inserção na comunidade, a ONG fazia questão de uma ampla visibilidade midiática das ações como estratégia de marketing para uma empresa. Um exemplo que evidencia a distância entre a nossa concepção de trabalho comunitário e a da ONG concerne à doação de alimentos por parte da empresa, em que os membros da ONG foram até a Ilha, distribuíram alimentos sem sequer interagir com a comunidade, pois no momento da entrega não se dispuseram ao menos a sair de seus veículos, com receio do que os moradores poderiam fazer! De qualquer modo, por mais difícil que tenha sido atravessar essa experiência, cabe destacar a aprendizagem que tal situação provocou. Ficou explícito o quanto estamos imersos em um modo de viver homogeneizante no qual o jovem de uma comunidade de periferia é visto como imobilizado, impossibilitado de se deslocar do lugar que lhe é atribuído. Ou seja, o estigma de “pobrezinho” é uma ferramenta para moldar a relação com o sujeito fundada na manutenção da dependência e da cristalização, colocando o jovem à mercê da lógica que esse outro estipula como lhe convém.

Ao mesmo tempo, esta situação ilustra também a precariedade do fundamento assistencialista, enquanto potencializador de agenciamentos emancipatórios, pois acaba por funcionar no sentido da reprodução de formas homogêneas e cristalizadas de viver. Assim, uma relação assistencialista evidencia uma situação de poder que subjuga o sujeito à necessidade, prendendo-o nessa posição subjetivamente empobrecedora. O que se esquece, entretanto, é que o outro que dá assistência ao sujeito, também é subjugado a uma posição estigmatizada, no sentido de que sua relação com a comunidade local fica restrita à condição de doador de recursos concretos. E dessa maneira, sua própria circulação nas conexões espaço-existenciais da comunidade fica empobrecida, restringindo a potencialidade de sua experiência.

Outra aprendizagem é a necessária ampliação do espaço de mobilidade dos profissionais nessas parcerias. Não são somente os jovens de periferia que são colocados em posições vitais empobrecedoras, muitas vezes os próprios psicólogos vêem-se confrontados com poucas direções: ou submetem-se às lógicas de quem controla o poder econômico ou se auto-excluem. Uma análise das relações que ative a escuta e autoria mostra-se capaz de produzir deslocamentos, novos ordenamentos e lugares de intervenção.

Da Implicação à Escuta e à Autoria

A experiência vivida com o grupo de jovens da Ilha apresentou desafios teóricos, metodológicos e éticos. Estes desafios foram enfrentados com algumas ferramentas já descritas na relação com os jovens, mas uma, em especial, pressupunha refletir sobre a prática do psicólogo mais diretamente, a saber, a análise da implicação. Como nos aponta Maturana (1999): “Não posso pretender que eu tenha a capacidade de fazer referência a uma realidade independente de mim.” (p. 45). Ou seja, as conexões espaço-existenciais e o que tomamos como objeto de trabalho e/ou de estudo, diz do espaço social e do espaço de auto e heteroprodução. Além disso, o autor ressalta a idéia de que o conhecimento se produz, se cria e se reconhece em redes de conexões afetivas, cognitivas e, conseqüentemente, sociais. Nesse sentido, a operação de implicação condiz com esse lugar de diálogo, de troca e de reflexão que é viabilizada pelo mesmo circuito das redes sociais onde se constitui o sujeito.

O filósofo Michel Serres (1993) nos coloca da importância do pesquisador, e nesse sentido o próprio profissional, estar implicado com sua questão de pesquisa: “Quem se encontra apenas em parte não vê nem presente o limite e, portanto, não compreende qualquer ruptura, falha, desejo forçado de transgredir essa fronteira inacessí-

vel e se pergunta mesmo por onde é que ela passa.” (p. 30). A posição da Psicologia Social não deve ser neutra, posto que ela exige que o psicólogo esteja implicado com seu trabalho. A produção de um saber *psi* sobre uma comunidade desde este ponto de vista, coloca a necessidade de uma disposição para a convivência e para a interrogação constante sobre seu próprio lugar nesta convivência. Desta forma, a intervenção poderá produzir questionamentos para si e para os outros com os quais interage, definido um lugar de convivência marcada pela intervenção profissional que, por sua vez, traz as marcas da condição de sua existência, pois o profissional geralmente não faz parte da comunidade enquanto um morador local, um líder comunitário ou religioso.

Maturana (1998) percebe o sujeito como inserido em redes de interações, que compõem os sistemas sociais. Essas redes de interações são o que permite ao sujeito se constituir, ao mesmo tempo, em indivíduo singular e em ser social: “Toda nossa realidade humana é social e somos indivíduos, pessoas, somente enquanto somos seres sociais” (p. 73). Ou seja, as produções coletivas e individuais relacionam-se, definindo-se espaços diferenciados apesar de relacionados. As interações e a constante autoprodução de si definem redes de conexões/interações que produzem caminhos imprevisíveis, formulados durante sua constituição e funcionamento. Com isso, enfatizamos: “Um ser humano não é um indivíduo senão no contexto de sistemas sociais onde ele se integra, e sem seres humanos individuais não haveria fenômenos sociais humanos.” (Maturana & Varela, 2002, p.193)

Dentro de um sistema social que está baseado na estabilidade da rigidez das relações humanas, mediante a restrição das circunstâncias que oportunizam a reflexão - como é o caso de muitas experiências *para a comunidade* - ocorre se vivencia a ética pautada pela hierarquia. Por conseguinte, as relações humanas se estabelecem, com frequência, pela via da subordinação. Maturana (2001) enfatiza: “Toda concordância de comportamento que surge na submissão é instável, porque está fundada na negação de si mesmo e, portanto, na frustração e no sofrimento” (p.122). Contudo, como contraponto a essa postura, há a necessidade da consciência social, possibilitando ampliar as instâncias reflexivas que permitem a cada membro uma conduta social que perceba como legítima a presença do outro no espaço de convivência. Dessa forma, o outro pode ocupar um lugar de reconhecimento legítimo na relação.

O autor ainda acrescenta (Maturana, 1999): “Existem muitos domínios de realidades diferentes, mas igualmente legítimos, ainda que não igualmente desejáveis (...) as divergências revelam que aqueles que discordam estão em

diferentes domínios de realidade.” (p. 58). Dessa maneira, o autor nos esclarece: “A aceitação do outro como legítimo outro não é um sentimento, é um modo de atuar.” (p. 66). Isto é, Maturana explica que aceitar o outro enquanto legítimo no espaço de convivência não é apenas uma forma de relação, mas uma possibilidade de prática social.

A experiência na Ilha fez com que pensássemos na potencialização da autoria como ferramenta de intervenção e traduzida como um exercício para todos os participantes, sejam os jovens ou os profissionais do campo psi. Este direcionamento colocou outros questionamentos para nossa prática profissional, introduzindo ferramentas auxiliares, como a escuta, que se presta a nosso trabalho, por vezes funcionando como um instrumento importante do profissional da psicologia, diferenciando-o dos profissionais provenientes de outras áreas. Através da escuta, o psicólogo pode reconhecer o sujeito (ou o grupo sujeito) em sua forma de existir, legitimando o lugar deste outro e abrindo espaço de diálogos, circulação de falas e saberes entre eles. A escuta mostra-se como um instrumento por meio do qual se dá visibilidade ao outro, respeita-se a legitimidade de suas peculiaridades, ao mesmo tempo em que o responsabiliza por suas ações.

A escuta permite que as diferenças presentes nos modos de existir sejam reconhecidas, legitimadas e problematizadas, sendo importante na produção de exercícios de autoria. Desse modo, cria-se uma via para recriar processos de singularização, uma vez que as peculiaridades de um sujeito/uma comunidade são levadas em conta. Coloca-se a possibilidade-necessidade de uma intervenção não-generalizadora e homogeneizante. Assim, os movimentos do outro podem ser analisados através de suas especificidades, com o intuito de não padronizar e homogeneizar, mas de reconhecer as particularidades do sujeito incrementando, ao mesmo tempo, as responsabilidades sociais e éticas de suas ações. Para pensar a noção de escuta, nos sentido que pretendemos dar-lhe conotação, não há como desvinculá-lo da idéia de autoria. Ambos conceitos podem ser construídos e pensados pelas contribuições teóricas de Humberto Maturana e Francisco Varela, a partir da acepção de autopoiese.

A autoria, conforme a entendemos, implica um movimento de criação só passível de ser exercido dentro de redes de conversações, que produz uma intervenção nos laços sociais com a finalidade de permitir uma nova maneira de expressão, uma nova forma de o sujeito se posicionar dentro do seu espaço de convivência. Assim, é possível que outras formas de apropriação se dêem, tanto no sentido do sujeito se perceber capaz de vivenciar sua

história dentro de um novo modo, com horizontes mais amplos do que em seu movimento anterior; como também no modo de interagir e de se relacionar com a alteridade.

No que concerne à autoria, ressaltamos a própria etimologia da palavra autopoiesis concebida por Maturana e Varela (2002) que faz referência à tradução de caminho da literatura; isto é, como semelhança com a acepção literária, do autor enquanto um sujeito que se cria em seus espaços de convivência e inventa maneiras para interagir com o seu meio através de sua constante autoprodução. Além disso, sustentam a idéia de que, no cerne das dificuldades do ser humano atual, reside seu desconhecimento do conhecimento e, mais ainda, de sua desautorização frente ao saber por ele produzido, uma vez que o ser humano costuma exaltar somente o que descobre, desvincilhando desse modo sua descoberta de sua criação.

As múltiplas formas que constituem as existências humanas configuram-se como objetos de análise e de pesquisa no campo da Psicologia Social (Maraschin, 2004). E esses modos se traduzem por lugares subjetivos frente ao mundo, dentro do âmbito dos espaços de convivência pelo caminho do reconhecimento; nesse sentido, a subjetividade constrói-se sob a lógica do cooperar, no que concerne à aceitação do outro, ao mesmo tempo em que serve para o aceitar-se a si mesmo. Ou seja, é dentro desse olhar que propomos nossa análise, legitimando e reconhecendo, ao tempo em que somos legitimados e reconhecidos, frente ao nosso próprio objeto de estudo.

Maturana (2002) avaliza nossa hipótese inicial, segundo a qual existe uma interdependência entre o plano físico das posições e dos deslocamentos geográficos e o plano subjetivo: “Os entes psíquicos ou mentais, assim como os processos espirituais e as vivências que a eles se associam, são dinâmicas relacionais do ser vivo que não são tratáveis como entes materiais ou localizáveis em processos orgânicos, precisamente por serem entes relacionais.” (p.118). A relação social diz de um conversar, de uma interlocução, de uma experiência de troca entre seres humanos. A vida subjetiva concerne ao modo de vivenciar nosso espaço relacional com os outros, permitindo com esse processo, um fluir nas redes de interações que se realizam em espaços concretos da cidade.

No caso da análise de um processo de intervenção em uma comunidade, como no caso aqui apresentado, estamos sempre falando em uma múltipla autoria. As ferramentas conceituais e metodológicas construídas dentro das redes de conversação denominada de Psicologia Social necessitam ser reinventadas e não somente aplicadas. O movimento da autoria leva a questão da invenção e da utopia.

Santos (2000) postula que: “O único caminho para pensar o futuro parece ser a utopia. E por utopia entendo a exploração, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade (...). O pensamento utópico tem um duplo objetivo: reinventar mapas de emancipação social e subjetividades com capacidade e vontade de usá-los. Nenhuma transformação paradigmática será possível sem a transformação paradigmática da subjetividade.” (p. 332-333)

Pode-se produzir efeitos de deslocamento em posições cristalizadas de sujeito ao se modificar as formas de relações sociais, criando outras possibilidades. Desse modo, trabalhar com as comunidades com as quais interagimos, por exemplo, é um modo de instaurar uma outra maneira de agir, de atuar, de construir um projeto de trabalho. Nesse sentido, somos todos utopistas, pois apesar de algumas dificuldades, essa utopia não é algo inalcançável, mas um movimento no sentido de buscar novas vias de ação e de reflexão.

No que concerne ao âmbito da especificidade da Psicologia Social, Boaventura Santos (1997) analisa que as condições de possibilidade da utopia residem crucialmente em dois aspectos, a saber, uma nova epistemologia e uma nova psicologia. Explica: “Enquanto nova epistemologia, a utopia recusa o fechamento do horizonte de expectativas e possibilidades e cria alternativas; enquanto nova psicologia, a utopia recusa a subjetividade do conformismo e cria a vontade de lutar por alternativas” (p.324). Ou seja, há necessidade em transformarmos nossos saberes e conhecimentos em práticas que promovam espaços de reconhecimento e legitimidade social. E quanto a isso, cabe a uma nova psicologia otimizar os espaços sociais para que se dê a emergência de outras possibilidades de ser sujeito.

Quanto ao aspecto criativo, o autor afirma em outro texto: “A promoção da criatividade é uma tarefa crucial do tempo presente. Porque na fase de transição paradigmática o sistema social entra em desequilíbrio acrescido, o aumento da contingência tende a criar situações de caos (...). O caos, longe de ser por essência negativo, é um horizonte dramaticamente ampliado de possibilidades.” (Santos, 1997, p. 39). Nesse aspecto, a questão da desordem pode ser percebida como potencializadora à emergência de novas possibilidades e de criação, de problematização do cotidiano.

O ambiente da comunidade é sempre complexo, ainda mais quando nele nos inserimos e o somamos às nossas questões. Assim, ao vivermos em um mundo em que a lógica vigente impele a todos um consumismo desenfreado, ao nos deparar com o cotidiano comunitário, podemos ver um espaço potencial para que outras lógicas se dêem. E assim, através de trocas de saberes entre a comunidade e o

profissional, interações legítimas possam ocorrer promovendo intervenções tanto entre o psicólogo e a comunidade como vice-versa.

A experiência de trabalhar em Psicologia Social numa comunidade situada na periferia da cidade grande torna-se importante na formação e atuação profissional do psicólogo. Trata-se, sobretudo, de uma vivência complexa, repleta de desafios; porém (e talvez por isso mesmo), uma experiência extremamente rica. Problematizar alguns êxitos e insucessos nas ações do psicólogo social aponta para a necessidade de levar em consideração os aspectos e os movimentos de um repensar constante sobre o trabalho e o exercício cotidiano da Psicologia Social em sua dimensão ética.

Finalmente, por meio da ação que construímos nessas comunidades que somos legitimados, ou não, a nos reconhecer e a sermos reconhecidos como profissionais de Psicologia Social. Não poderíamos, desta forma, nos definir e reconhecer profissionalmente sem que a comunidade participasse desse processo. Ao tomarmos como referência que a interação implica autoprodução, também o psicólogo constrói-se a si próprio nas interações que propõe, sendo que o trabalho e o sujeito produzem-se simultaneamente. A autoria funciona como um instrumento construído nas e pelas relações sociais que fazem parte do universo do psicólogo e, de imediato, perturba quem procura apenas ocupar um lugar já definido ou mesmo reproduzir uma prática já reconhecida, já que mobiliza o psicólogo a construir novos espaços de intervenção, novas conexões espaço-existenciais. Também o psicólogo não poderá ser uma ilha, onde as fronteiras geográficas, aqui formuladas enquanto os conhecimentos, estratégias e ferramentas já conhecidas e legitimadas, delimitaram sua potencialidade de deslocamento e de autoria. Provavelmente também seremos lançados ao movimento e à aventura e cruzar as fronteiras e produzir outros territórios. Traçar e percorrer o itinerário da Psicologia é, antes de qualquer coisa, um processo contínuo, pelo qual se constrói não apenas um caminho, mas a si mesmo.

Referências

- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- De Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano* (Vol. 1). Petrópolis: Vozes.
- Devos, R. V. (2002). *Uma “ilha assombrada” na cidade: Estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre*. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gaarder, J. (1996). *O dia do curinga*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gomes, J. I. (1995). *Arquipélago: As ilhas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial.
- Lever, J. P., & Trejo, L. M. V. (2004). Pobreza y locus de control. *Interamerican Journal of Psychology*, 38(2), 225-240.
- Maraschin, C. (2004). Pesquisar e intervir. *Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*, 16(1), 98-107.
- Maturana, H. (1998). *Da biologia à psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Maturana, H. (1999). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Maturana, H. (2001). *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Maturana, H. (2002). *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Maturana, H., & Varela, F. (2002) *A árvore do conhecimento: As bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena.
- Santos, B. (1997). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. (2000). *Crítica da razão indolente: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez.
- Serres, M. (1993). *O terceiro instruído*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Soares, L. E. (2000). *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Received 16/06/2005

Accepted 20/10/2005

Andrea Cristina Coelho Scisleski. Psicóloga e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Bolsista CAPES.

Cleci Maraschin. Psicóloga, Mestre e Doutora em Educação/UFRGS. Professora Adjunta do Programa de Graduação em Psicologia/UFRGS, de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional/UFRGS e de Pós-graduação em Informática na Educação/UFRGS, Brasil.

Jaqueline Tittoni. Psicóloga, Mestre e Doutora em Sociologia/UFRGS. Professora Adjunta do Programa de Graduação em Psicologia/UFRGS, de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, Brasil.